



PARECER JURÍDICO

PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº: 090/2026

INTERESSADO: FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE VITÓRIA DO XINGU.

ASSUNTO: PREGÃO ELETRÔNICO SRP.

OBJETO: Locação de estação radiológica digital.

I- RELATÓRIO

Trata o presente expediente de processo administrativo que tem por finalidade a futura e eventual contratação de empresa especializada para locação de estação radiológica digital, mediante licitação pública na modalidade pregão, em sua forma eletrônica, pelo Sistema de Registro de Preços, com critério de julgamento menor preço global por lote, conforme justificativa e especificações constantes do Documento de Formalização da Demanda, Estudo Técnico Preliminar, Termo de Referência, Edital e seus anexos.

Conforme consta dos autos, a demanda foi instaurada pelo Fundo Municipal de Saúde de Vitória do Xingu, por intermédio da Secretaria Municipal de Saúde, visando atender às necessidades da rede municipal de saúde e do Hospital Municipal, especialmente quanto à ampliação e modernização da capacidade diagnóstica por imagem, de modo a conferir maior agilidade, qualidade e resolutividade aos atendimentos prestados à população.

O Edital do Pregão Eletrônico SRP nº 9.2026-023-FMS indica o Processo Administrativo nº 090/2026, modalidade pregão, forma eletrônica, modo de disputa aberto, Sistema de Registro de Preços, julgamento pelo menor preço global por lote, sessão pública designada para o dia 23/06/2026, às 09h00, por meio da plataforma Licitanet, tendo por objeto a locação de estação radiológica digital.

Conforme pesquisa preliminar e mapa de preços acostados ao procedimento, o valor global estimado da contratação corresponde a R\$ 706.116,72 (setecentos e seis mil, cento e dezesseis reais e setenta e dois centavos), para o período estimado de 24 (vinte e quatro) meses, nos termos da planilha constante dos autos.

Foram encaminhados para análise desta Assessoria Jurídica, dentre outros documentos que instruem o feito:

- Documento de Formalização da Demanda;
- Estudo Técnico Preliminar;
- Termo de Referência com especificações técnicas, quantitativos, estimativa de preços, forma de execução e condições de contratação;
- Pesquisa preliminar de preços e mapa de apuração de valores;
- Termo de Autuação;
- Despacho de disponibilidade orçamentária;
- Autorização de abertura do procedimento licitatório;
- Designação do Pregoeiro e Equipe de Apoio;
- Minuta do Edital do Pregão Eletrônico SRP nº 9.2026-023-FMS e seus anexos, inclusive minuta da Ata de Registro de Preços e minuta do instrumento contratual.

É a síntese do necessário.



II- APRECIÇÃO JURÍDICA

Finalidade e abrangência do parecer jurídico

A presente manifestação jurídica tem o escopo de assistir a autoridade assessorada no controle prévio de legalidade, conforme estabelece o art. 53, incisos I e II, da Lei nº 14.133/2021, não abrangendo, portanto, juízos de conveniência e oportunidade, nem a análise técnica, mercadológica ou financeira do objeto, salvo quando tais aspectos apresentarem reflexos jurídicos relevantes.

Art. 53. Ao final da fase preparatória, o processo licitatório seguirá para o órgão de assessoramento jurídico da Administração, que realizará controle prévio de legalidade mediante análise jurídica da contratação.

§ 1º Na elaboração do parecer jurídico, o órgão de assessoramento jurídico da Administração deverá:

I - apreciar o processo licitatório conforme critérios objetivos prévios de atribuição de prioridade;

II - redigir sua manifestação em linguagem simples e compreensível e de forma clara e objetiva, com apreciação de todos os elementos indispensáveis à contratação e com exposição dos pressupostos de fato e de direito levados em consideração na análise jurídica.

Como se pode observar, o controle prévio de legalidade se dá em função do exercício da competência de análise jurídica da futura contratação, não abrangendo, em regra, os aspectos técnicos, mercadológicos, orçamentários ou de conveniência administrativa, os quais se presumem avaliados pelos setores competentes.

Nesse sentido, presume-se que as especificações técnicas contidas no processo, inclusive quanto à definição da estação radiológica digital, componentes, requisitos de instalação, infraestrutura, software, garantia, manutenção, assistência técnica, quantitativos e parâmetros de pesquisa de preços, foram regularmente estabelecidas pelo setor competente, com base em critérios técnicos e nas necessidades da Secretaria Municipal de Saúde.

Registra-se, ainda, que eventuais recomendações formuladas nesta manifestação possuem natureza preventiva e orientativa, cabendo à autoridade competente, no âmbito de sua discricionariedade administrativa, avaliar sua pertinência e providenciar os ajustes que entender necessários à adequada condução do certame.

Da fase preparatória, do planejamento e da instrução processual

A Lei nº 14.133/2021 estabelece que a fase preparatória do processo licitatório deve ser compatível com o planejamento da Administração e contemplar, entre outros elementos, a descrição da necessidade da contratação, a definição do objeto, o orçamento estimado, a modalidade licitatória, o critério de julgamento, o modo de disputa, a análise dos riscos, o termo de referência e a minuta do edital.

Art. 18. A fase preparatória do processo licitatório é caracterizada pelo planejamento e deve compatibilizar-se com o plano de contratações anual de que trata o inciso VII do caput do art. 12 desta Lei, sempre que elaborado, e com as leis orçamentárias, bem como abordar todas as considerações técnicas, mercadológicas e de gestão que podem interferir na contratação.

No caso concreto, verifica-se que o procedimento foi instruído com Documento



de Formalização da Demanda, Estudo Técnico Preliminar, Termo de Referência, pesquisa de preços, mapa de apuração de valores, dotação orçamentária, autorização da autoridade competente, autuação e minuta de edital, demonstrando a existência de planejamento prévio para a deflagração do Pregão Eletrônico SRP nº 9.2026-023-FMS.

O Documento de Formalização da Demanda indica a necessidade de contratação de empresa especializada para locação de estação radiológica digital, a fim de ampliar e modernizar a capacidade diagnóstica por imagem da rede municipal de saúde, reduzindo a necessidade de encaminhamento de pacientes para outros municípios e contribuindo para maior continuidade do cuidado.

O Estudo Técnico Preliminar, por sua vez, apresenta a descrição da necessidade, a justificativa da contratação, os benefícios esperados, os requisitos da solução, a estimativa do objeto e a indicação da adequação da contratação para atendimento do interesse público, evidenciando a relevância da tecnologia radiológica digital para a melhoria dos serviços públicos de saúde.

Do mesmo modo, o Termo de Referência delimita o objeto, descreve a estação radiológica digital e seus componentes, estabelece quantidade, unidade de medida, valor estimado, forma de execução, obrigações das partes, critérios de aceitação, gestão/fiscalização e demais condições necessárias à execução do objeto.

Assim, no tocante aos documentos de planejamento mencionados no edital e nos autos, observa-se que o DFD, o ETP e o Termo de Referência guardam pertinência com o objeto licitado e demonstram a necessidade administrativa de locação da estação radiológica digital, cabendo ao setor técnico assegurar a compatibilidade das especificações e quantitativos com a demanda real da unidade requisitante.

Do Termo de Referência

O Termo de Referência é documento indispensável à contratação de bens e serviços comuns, devendo conter parâmetros suficientes para a identificação do objeto, sua fundamentação, forma de execução, critérios de medição e pagamento, estimativa de preços, adequação orçamentária e condições de seleção do fornecedor.

Art. 6º, XXIII, da Lei nº 14.133/2021: termo de referência é o documento necessário para a contratação de bens e serviços, que deve conter parâmetros e elementos descritivos suficientes à definição do objeto, sua fundamentação, requisitos da contratação, modelo de execução, modelo de gestão, critérios de medição e pagamento, forma de seleção do fornecedor, estimativas do valor da contratação e adequação orçamentária.

No presente caso, o Termo de Referência identifica como objeto a locação de estação radiológica digital, com descrição das características técnicas do conjunto radiológico digital, detector DR, estação de trabalho com software de captura de imagens, infraestrutura necessária à execução, obrigações da contratada, condições de entrega, garantia, responsabilidade pela preservação das imagens e demais requisitos aplicáveis.

Consta a estruturação do certame em lote único, com unidade mensal, quantitativo de 24 (vinte e quatro) meses e valor total estimado de R\$ 706.116,72 (setecentos e seis mil, cento e dezesseis reais e setenta e dois centavos), em conformidade com a pesquisa de preços e a planilha acostada ao procedimento.

A análise jurídica, neste ponto, limita-se à verificação formal da presença dos



elementos mínimos exigidos pela legislação, permanecendo sob responsabilidade do setor técnico demandante a adequação das especificações, quantidades, padrões de qualidade, requisitos técnicos, condições de instalação, manutenção, garantia, assistência técnica e operação do equipamento.

Do cabimento da modalidade pregão eletrônico e do Sistema de Registro de Preços

A modalidade pregão mostra-se juridicamente adequada quando o objeto se enquadra como bem ou serviço comum, assim considerado aquele cujos padrões de desempenho e qualidade podem ser objetivamente definidos no edital, por meio de especificações usuais de mercado.

Art. 6º, XLI, da Lei nº 14.133/2021: pregão é a modalidade de licitação obrigatória para aquisição de bens e serviços comuns, cujo critério de julgamento poderá ser o de menor preço ou o de maior desconto.

No caso, a locação de estação radiológica digital, ainda que envolva especificações técnicas próprias, apresenta parâmetros objetivos de desempenho, qualidade, configuração, componentes, prazo e condições de execução, permitindo a comparação das propostas e a disputa entre fornecedores que atuem no ramo pertinente ao objeto.

O edital adota o pregão em sua forma eletrônica, com modo de disputa aberto, o que se revela compatível com a Lei nº 14.133/2021, com o Decreto Municipal nº 004/2024 e com a busca pela ampliação da competitividade, transparência, economicidade e seleção da proposta mais vantajosa para a Administração.

Quanto ao Sistema de Registro de Preços, verifica-se que sua utilização se justifica pela natureza da demanda, que envolve contratação futura e eventual, conforme a necessidade da Administração, especialmente diante da conveniência de registrar preços para contratação decorrente dentro do prazo de validade da ata e da relevância do serviço para a rede municipal de saúde.

A Lei nº 14.133/2021 admite o Sistema de Registro de Preços para contratações frequentes ou que envolvam quantitativos estimados, permitindo maior racionalidade administrativa, planejamento da execução e contratação conforme a efetiva necessidade do órgão gerenciador.

Do critério de julgamento por menor preço global por lote

O instrumento convocatório prevê o critério de julgamento pelo menor preço global por lote, com estruturação do objeto em lote único, conforme tabela constante no Termo de Referência.

A adoção do julgamento por lote, no caso concreto, mostra-se compatível com a estrutura do objeto, uma vez que a estação radiológica digital compreende conjunto de equipamentos, componentes, softwares, infraestrutura e obrigações acessórias que devem funcionar de forma integrada, de modo que a contratação unificada contribui para melhor gestão da execução, manutenção da compatibilidade técnica e responsabilização da contratada.

Ressalta-se que o parcelamento do objeto deve sempre observar a viabilidade técnica e econômica, a preservação da competitividade e a obtenção da proposta mais vantajosa. Assim, considerando que a Administração estruturou o certame em lote único em razão da natureza integrada da solução, não se vislumbra, sob o aspecto jurídico-formal, impedimento ao critério adotado.



Da pesquisa de preços e estimativa da contratação

A estimativa de preços constitui etapa essencial do planejamento da contratação, devendo ser elaborada com base em parâmetros idôneos e compatíveis com os valores praticados no mercado, nos termos do art. 23 da Lei nº 14.133/2021.

Art. 23. O valor previamente estimado da contratação deverá ser compatível com os valores praticados pelo mercado, considerados os preços constantes de bancos de dados públicos e as quantidades a serem contratadas, observadas a potencial economia de escala e as peculiaridades do local de execução do objeto.

Conforme a documentação encaminhada, a Administração realizou pesquisa preliminar e mapa de preços, resultando no valor global estimado de R\$ 706.116,72 (setecentos e seis mil, cento e dezesseis reais e setenta e dois centavos).

Compete ao setor técnico responsável pela pesquisa de preços a aferição da atualidade, pertinência e adequação dos parâmetros utilizados, bem como a compatibilidade dos preços referenciais com os valores praticados no mercado, especialmente diante da especificidade do equipamento, da infraestrutura, do software, da manutenção, da garantia, da assistência técnica e dos demais encargos inerentes à execução do objeto.

Da minuta do edital, da participação e das exigências de habilitação

A minuta do edital submetida à análise estabelece a modalidade pregão eletrônico, o modo de disputa aberto, o critério de julgamento menor preço global por lote, o Sistema de Registro de Preços, as regras de credenciamento, participação, apresentação de proposta, habilitação, julgamento, recursos, adjudicação, homologação, penalidades e demais condições aplicáveis ao certame.

Art. 25. O edital deverá conter o objeto da licitação e as regras relativas à convocação, ao julgamento, à habilitação, aos recursos e às penalidades da licitação, à fiscalização e à gestão do contrato, à entrega do objeto e às condições de pagamento.

No que se refere à participação, o instrumento convocatório admite a participação de interessados cujo ramo de atividade seja pertinente ao objeto licitado, o que, em tese, favorece a competitividade e permite a seleção de fornecedor com capacidade de atendimento compatível com a solução pretendida.

Quanto à habilitação, a Lei nº 14.133/2021 estabelece que somente poderão ser exigidos documentos necessários e suficientes para demonstrar a capacidade do licitante de executar o objeto, compreendendo habilitação jurídica, técnica, fiscal, social, trabalhista e econômico-financeira, na forma dos arts. 62 a 69.

Art. 62. A habilitação é a fase da licitação em que se verifica o conjunto de informações e documentos necessários e suficientes para demonstrar a capacidade do licitante de realizar o objeto da licitação, dividindo-se em:

I - jurídica;

II - técnica;

III - fiscal, social e trabalhista;

IV - econômico-financeira.



Recomenda-se que as exigências editalícias relativas à habilitação, qualificação técnica, regularidade fiscal e trabalhista, documentação complementar, instalação, manutenção, assistência técnica, garantia e demais requisitos de participação sejam interpretadas e aplicadas em estrita correspondência com a natureza e a complexidade do objeto licitado, evitando-se formalismos excessivos ou restrições que não guardem pertinência direta com a seleção da proposta mais vantajosa.

Recomenda-se, ainda, que eventuais falhas formais ou documentais sejam avaliadas à luz da razoabilidade, da competitividade, da isonomia e das diligências saneadoras admitidas pela Lei nº 14.133/2021 e pelo próprio instrumento convocatório, desde que não haja alteração substancial da proposta, inclusão indevida de documento essencial ausente ou prejuízo à Administração e aos demais licitantes.

Ressalta-se que a própria Lei nº 14.133/2021 autoriza a realização de diligências para complementação de informações e saneamento de falhas que não alterem a substância dos documentos e sua validade jurídica, providência que deve ser utilizada de forma motivada e isonômica quando cabível.

Art. 64, § 1º. Na análise dos documentos de habilitação, a comissão de licitação poderá sanar erros ou falhas que não alterem a substância dos documentos e sua validade jurídica, mediante despacho fundamentado registrado e acessível a todos, atribuindo-lhes eficácia para fins de habilitação e classificação.

Da garantia de proposta

O edital prevê garantia de manutenção da proposta no percentual de 1% (um por cento) do valor estimado do objeto da contratação, com fundamento no art. 58 da Lei nº 14.133/2021.

Art. 58. Poderá ser exigida, no momento da apresentação da proposta, a comprovação do recolhimento de quantia a título de garantia de proposta, como requisito de pré-habilitação. § 1º A garantia de proposta não poderá ser superior a 1% (um por cento) do valor estimado para a contratação.

A exigência encontra previsão legal, desde que observados o limite máximo estabelecido pela legislação, a aplicação isonômica aos licitantes, a previsão clara no edital e a compatibilidade com a finalidade de resguardar a seriedade das propostas apresentadas no certame, sem utilização como meio de restrição indevida à competitividade.

Da publicidade do edital e do Portal Nacional de Contratações Públicas

A publicidade é requisito essencial para a validade e transparência do procedimento licitatório. O edital informa a realização da sessão pública em 23/06/2026, às 09h00, por meio da plataforma eletrônica Licitanet, devendo a Administração assegurar a divulgação do instrumento convocatório e de seus anexos nos meios oficiais competentes.

Art. 54. A publicidade do edital de licitação será realizada mediante divulgação e manutenção do inteiro teor do ato convocatório e de seus anexos no Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP).

Recomenda-se, portanto, a manutenção da publicação do edital, anexos e demais atos pertinentes no PNCP e nos demais meios oficiais utilizados pelo Município,



observando-se os prazos legais aplicáveis à modalidade pregão eletrônico.

Da minuta da Ata de Registro de Preços e do instrumento contratual

Considerando tratar-se de Pregão Eletrônico pelo Sistema de Registro de Preços, a futura contratação deverá observar a minuta da Ata de Registro de Preços, bem como o instrumento contratual, nota de empenho, ordem de serviço/fornecimento ou instrumento equivalente, conforme o caso e nos limites previstos na legislação e no edital.

A Lei nº 14.133/2021 prevê que os contratos administrativos devem conter cláusulas necessárias relativas ao objeto, vinculação ao edital e à proposta, legislação aplicável, regime de execução ou forma de fornecimento, preço, pagamento, prazos, crédito orçamentário, direitos e responsabilidades das partes, sanções, condições de recebimento e demais regras essenciais à execução.

Art. 92. São necessárias em todo contrato cláusulas que estabeleçam, entre outras, o objeto e seus elementos característicos, a vinculação ao edital e à proposta do licitante vencedor, a legislação aplicável, o regime de execução ou a forma de fornecimento, o preço e as condições de pagamento, os prazos, o crédito orçamentário, os direitos e as responsabilidades das partes, as penalidades cabíveis e o modelo de gestão do contrato.

Assim, a minuta contratual e a Ata de Registro de Preços devem permanecer compatíveis com o Termo de Referência e com o edital, especialmente quanto ao objeto, especificações técnicas, prazos, forma de execução, condições de instalação, manutenção, garantia, assistência técnica, fiscalização, pagamento, sanções e obrigações da contratada.

Da adequação geral do procedimento

Da análise jurídica dos documentos apresentados, observa-se que o procedimento adota modalidade compatível com o objeto, critério de julgamento adequado à estruturação por lote único e instrução preparatória composta pelos documentos essenciais, sem prejuízo da responsabilidade dos setores competentes quanto à adequação técnica das especificações, quantitativos, estimativa de preços e disponibilidade orçamentária.

A contratação pretendida atende a interesse público relevante, pois a estação radiológica digital é necessária à ampliação e modernização da capacidade diagnóstica por imagem da rede municipal de saúde, possibilitando maior eficiência no atendimento, melhoria da qualidade dos exames, apoio ao diagnóstico médico e redução de encaminhamentos para outros municípios, justificando a adoção de procedimento licitatório voltado à seleção da proposta mais vantajosa e à formação de ata de registro de preços.

III- CONCLUSÃO

Em face do exposto, nos limites da análise jurídica e excluídos os aspectos técnicos, mercadológicos, orçamentários e o juízo de conveniência e oportunidade da Administração, opina-se pela possibilidade jurídica de prosseguimento do Pregão Eletrônico SRP nº 9.2026-023-FMS, Processo Administrativo nº 090/2026, cujo objeto é a locação de estação radiológica digital, desde que mantida a regularidade dos documentos de planejamento, da dotação orçamentária, da autorização da autoridade



competente, da publicidade do edital e da condução do certame conforme a Lei nº 14.133/2021, o Decreto Municipal nº 004/2024, a Lei Complementar nº 123/2006 e as condições do instrumento convocatório.

Recomenda-se, ainda, que a Administração observe, durante a sessão pública e nas fases de julgamento e habilitação, os princípios da isonomia, competitividade, razoabilidade, proporcionalidade, formalismo moderado, julgamento objetivo, motivação dos atos administrativos e seleção da proposta mais vantajosa, utilizando as diligências saneadoras cabíveis quando não houver prejuízo à Administração ou aos demais licitantes.

Após a homologação, recomenda-se a adoção das providências de publicidade legal, especialmente quanto à divulgação no Portal Nacional de Contratações Públicas - PNCP e demais meios oficiais cabíveis, bem como a formalização da Ata de Registro de Preços e dos instrumentos decorrentes, conforme necessidade administrativa e disponibilidade orçamentária.

S.M.J, é o parecer.

Vitória do Xingu/PA, 05 de junho de 2026.

PAULO VINICIU SANTOS MEDEIROS
Assessor Jurídico do Município
OAB/PA 30.994